

PROFESSOR JOSÉ ANTÓNIO PINHEIRO E ROSA
Director dos Museus Municipais de Faro

«O mais
Representativo
Monumento»
da Cidade
de Faro



Separata dos «ANAIIS DO MUNICIPIO»
FARO — 1978



Casa da Cultura António Bentes
S. Brás de Alportel

Biblioteca

N.º 2439

Cota N.º 3-3

- DE ESTUDANTE A MO
VOZES DE BRONZE — 1946 — esgotado
UM ANTIFONARIO «ILUMINADO» DO SÉCULO XIII — 1948 — esgotado
GUIA DO VISITANTE DAS IGREJAS DE FARO (sob o pseudónimo de Alvaro de Valadares)
— 1949 — esgotado
A FREGUESIA DA CONCEIÇÃO DE TAVIRA — Separata do «Povo Algarvio» — Tavira — 1951
UM ARTISTA ALGARVIO — O PADRE GLÓRIA — Lagos — 1959
ARTE SACRA EM TAVIRA — Edição da Comissão Municipal de Turismo, de Tavira — 1966
A IGREJA PAROQUIAL DE MARTINLONGO — in «Povo Algarvio», de Tavira — 19/3 e 25/3/1967
SÃO PEDRO NA ARTE RELIGIOSA DO ALGARVE (sob o pseudónimo de Alvaro Pais) in
«Correio do Sul», de Faro, de 1/6 a 13/7/1967
LÁPIDES ÁRABES DO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO INFANTE D. HENRIQUE (em colabora-
ção com Martin Velho) — separata de «O Algarve», de Faro — 1968
O ÓRGÃO DA SÉ — in «Folha do Domingo», de Faro, de 18/10 a 15/11/1969
O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO DAS RUÍNAS DO MILREU — in «Anais do Municí-
pio de Faro» — 1969
HISTÓRIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FARO — in «Anais do Município de Faro» — 1969
HISTÓRIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO INFANTE D. HENRIQUE — in «Anais do Município
de Faro» — 1969
A IGREJA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAPUCHOS — Separata dos «Anais do Município de
Faro» — 1969
TRÊS PESSOAS E UM MUSEU — Separata dos «Anais do Município de Faro» — 1969
ROTEIRO DAS RUÍNAS DE MILREU — Separata dos «Anais do Município de Faro» — 1969
VISITA A COLEÇÃO «FERREIRA D'ALMEIDA» — Separata dos «Anais do Município de
Faro» — 1970 — esgotado
VISITE A LA COLECCIÓN «FERREIRA D'ALMEIDA» — 1970
VISIT TO THE COLLECTION OF FERREIRA D'ALMEIDA — translated by V. M. P. R. — 1970
REMBRANDT NA COLEÇÃO «FERREIRA D'ALMEIDA» — in «Anais do Município de Faro»
— 1971
PROCESSÕES DE FARO — Separata dos «Anais do Município» — Faro — 1972
ROTEIRO DAS RUÍNAS DO MILREU — Edição turística — 1974
QUATRO MESES COM ESTÁCIO DA VEIGA — estudo arqueológico-bibliográfico — in «Anais
do Município» — N.º II, III, IV, e V.
A IGREJA DE SANTA BARBARA DE NEXE — Separata dos «Anais do Município» — 1974
INCUNABULOS E MANUSCRITOS DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE FARO — in «Anais do
Município» — 1975
AS MURALHAS DE FARO — Separata dos «Anais do Município de Faro» — 1975
NOVAS ACHEGAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE OSSÓNORA — Separata dos «Anais do Município
de Faro» — 1976
A CATEDRAL DO ALGARVE E O SEU CABIDO — TEMPOS DE OSSÓNORA — Separata dos
«Anais do Município de Faro» — 1976
CATALOGO DA EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DAS «BODAS DE DIAMANTE» DA BIBLIO-
TECA MUNICIPAL — 1977

A MINHA MULHER

Romam tu mihi sola facis.

(Marcial)

Oferta

«O Mais Representativo Monumento» da Cidade de Faro

**PALESTRA PROFERIDA NO ROTARY CLUB DE FARO,
NA NOITE DE 20 DE ABRIL DE 1976.**

pelo Prof. José António Pinheiro e Rosa

Há pouco mais de um mês, recebi um convite de um membro deste respeitável clube, tão inesperado como honroso. Inesperado, pois nunca me passara pela cabeça, agora, que

**«vão os anos decendo, e já do estio
há pouco que passar até o outono»,**

fosse solicitada a minha voz sem ser naqueles lugares onde a habitação já a tornou como o tique-taque do relógio. Honroso, porque, embora apresentado na taça da amizade, a que eu podia dizer: amigo, deixa-me em paz!, vinha em nome deste cenáculo, onde se sentam tantas pessoas que respeito pelas suas posições, pela sua cultura e por outros motivos, inclusive os de atenções recebidas. E aqui é que não podia recusar-me, pois os meus 17 anos mais meio século não me justificavam a nega, tanto mais que ando para aí sempre a dizer que «espiritualmente tenho trinta anos»...

De que havia de falar? Responderam-me que do que quisesse. Que poderei dizer de interesse para V.^{ta} Ex.^{ta}, habituados a ouvir neste lugar assuntos tão importantes, tão actuais e tão brilhantemente apresentados?

Já um dia escrevi que a minha missão neste mundo se fixou na de «um homem que estuda e ensina a estudar». Depois de ensinar a estudar, peço conta aos meus alunos do que lhes ensinei. A seguir ao meu estudo,

dou conta a algum júri imaginário do que estudei. O meu júri hoje são V.^{as} Ex.^{as} e prezo-me de tê-lo tão selecto e antecipadamente benévolo.

O assunto talvez não lhes desagrade, porque vou falar do «mais representativo monumento renascentista da capital algarvia», como Haupt chamou ao Convento de Nossa Senhora da Assunção, onde já funciona o Museu Arqueológico.

Utilizo apontamentos coligidos durante vários anos e destinados à inauguração solene do edifício restaurado. Como cada vez vejo isso como um acontecimento mais remoto, que a minha vida não conseguirá alcançar, emprego-os hoje muito gostosamente.

Farei aqui passar história, vida claustral, legenda áurea, crónica escandalosa, actuação política, vandalismos arqueológicos, ideias arrojadas e também inexplicáveis inércias, que tudo isso constitui a Crónica do venerando e precioso convento.

Reinava em Portugal D. Manuel, já casado com D. Leonor, filha de Filipe I e irmã de Carlos V. Portugal impava de importância e de prosperidade com os descobrimentos, expedições e conquistas que os Almeidas, Cabrais e Albuquerque iam realizando por esse mundo. A pacata vila de Faro, desde 15 de Abril de 1491 pertença das rainhas, fazia a sua vida de terra provinciana ribeirinha, carregando e descarregando sal e pescado, alfarroba e esparto; cultivando as suas vinhas e os seus hortejos. Na horta da Mouraria, onde é o Cinema Santo António, os restos de mouros deviam ser especialistas hortícolas. Mas outras hortas se inseriam no terreno povoado e vinham debruçar-se até aos salgados da ria, senhores ainda de muito espaço que hoje é cidade.

Nas Alcaçarias, judeus, mouros e cristãos faziam diariamente um comércio apreciável.

O núcleo principal da povoação era sem dúvida a «Vila-a-Dentro», onde campeavam a igreja paroquial de Santa Maria (da Ordem de Santiago) e as Casas da Câmara. Abstraamos dos actuais largos hoje nela existentes. Eram, nesse tempo, apinhados de casinhas baixas e pobres. As mais opulentas deviam ocupar o sítio das que hoje ladeiam os arruamentos. Não esquecer que, por cima da porta de Rui Barreto, lá estava a ermida da Senhora de Entre Ambalas águas, e, no lugar onde se ergue hoje a Misericórdia, havia a ermida manuelina do Espírito Santo, cuja verga da porta está no Museu Arqueológico, e junto dessa ermida um pequeno hospital.

Mas outros núcleos povoados havia nos pontos mais altos e ruas a uni-los. A igreja de S. Pedro, dos marítimos, já existia como capela curada e, em volta dela, muitas casas, a ladear as hortas (a de S. Pedro e outras). Conduzindo para lá, a Rua da Cadeia, a dos Ferradores, a de S. Pedro, vindo da Direita, e outras que mudaram de nome.

Nas imediações do actual hospital, mais povoamento, em pontos de nível alto, ladeando Ruas e travessas dos Fumeiros, do Rego, das Lojas ou Tendas, da Sapataria e certamente já a de Santo António do Alto.

Na região da Ribeira e da Ribeirinha, casas e armazéns a sublinhar o litoral. Em frente, estaleiros para as embarcações do porto.

Nada d'isto é documentado, mas deduz-se facilmente de dados tradicionais e de uma ou outra alusão que se encontra nos livros antigos.

Pastoreava a diocese algarbiense como bispo de Silves D. Fernando Coutinho, que pouca relação pessoal teve com Faro. Mandara visitá-la por Francisco Barradas, comendador de Mogarelos e Rorica, e Mendo Afonso, Prior da igreja de Santa Maria de Setúbal, seus visitantes. E o clero de Faro cifrava-se no Prior e Beneficiados da Colegiada de Santa Maria, pois S. Pedro era simples ermida.

Governava a vila como alcaide e capitão-mor, Rui Barreto, que também o era de Loulé, coadjuvado pela gente da Câmara, vereadores e homens bons do Concelho.

Foi neste ambiente que surgiu o Convento das Freiras. E começou bem simples antes de ser bafejado pelas auras régias!

Permitam que lhes cite uma passagem da «Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves», de Fr. Jerónimo de Belém, arrancada por Honorato Santos a um reservado da Biblioteca Nacional.

«Viviam na cidade de Beja duas irmãs de igual virtude, chamadas, uma Leonor da Trindade, e outra Maria das Chagas, orfãs de pai e mãe, e ambas filhas da Ordem III Seráfica, às quais por morte dos pais ficaram abundantes meios de fortuna, pelo que intentaram logo empregá-los em uma obra do serviço de Deus!»

Aqui temos como a ideia do nosso melhor monumento foi nascer tão longe! O pensamento das duas irmãs foi a fundação de um Mosteiro da I Regra de Santa Clara. Mas, antes de procurarem realizá-lo, vestiram-se do penitente hábito da sua Ordem e foram em peregrinação a São Tiago de Compostela.

De volta a Portugal e chegadas a Lisboa, apresentaram-se à Rainha D. Leonor, terceira mulher de D. Manuel, em quem acharam a protecção que desejavam.

«Puseram — continua a crónica — na presença da Rainha os seus fervorosos desejos de fundar um Mosteiro... esperando que a Rainha as ajudasse, como fez, oferecendo-lhes a cidade de Faro, que então era vila do seu padroado, para fundarem o Mosteiro; e prometendo-lhes protecção as despediu com uma generosa esmola para o dito efeito.»

Voltaram a Beja as duas irmãs, venderam os bens que ali tinham, e, em 1519, chegaram a Faro, onde o povo as recebeu muito bem.»

Esta nova passagem da crónica dá-nos a ideia dos recursos que houve para a construção de uma obra cuja importância ainda se nos patenteia pelo que dela resta: os bens (abundantes) das fundadoras, a esmola (generosa) da Rainha e o concurso do povo de Faro, que sabemos, naquele tempo, não regateava para essas coisas, apesar da sua pobreza. Além de outras contribuições que adiante se verão.

Para a fundação foi designado o sítio do Castelo — dentro dos muros — («para a fábrica da igreja e Mosteiro» — diz a crónica).

O que haveria anteriormente no chão hoje ocupado pelo convento e sua cerca? Provavelmente algumas casinhas e quintais, algum pedaço de cerca pertencente ao Castelo e, certamente, qualquer torre, de serventia que ignoramos, mas cuja presença está lá marcada por uma porta ogival no rés-do-chão e por outra do mesmo gosto no 1.º andar, dando acesso à

escada de caracol, também anterior ao edifício actual. Essa torre é que deve ter dado origem ao mirante «grelhado» a sobressair dos telhados da ala poente.

Deu-se, logo nesse ano, princípio à obra, como também testemunha outro cronista da época, Fr. Fernando da Soledade, na sua *História Seráfica Cronológica da Ordem de S. Francisco*, lida em 1922 pelo Cónego Lorena.

O lançamento da primeira pedra foi solene, aparecendo o alcaide e capitão-mor Rui Barreto a abrir com suas próprias mãos os alicerces, não ficando atrás de sua mulher, D. Branca de Vilhena, que, pela mesma altura, andava construindo o convento de Santo António (hoje quartel) na sua herdade que chegava da orla do mar até ao sítio da Trindade. O concurso do povo foi enorme, em pessoas e esmolas, e a acção da Rainha manifestou-se, mandando «os melhores architectos e officiais mais peritos, para que tudo se fizesse à medida da sua grandeza».

Quem seriam estes architectos e officiais?

Não esqueçamos que a obra começou em pleno domínio do manuelino. A igreja foi desse estilo, como se vê da janela do seu corpo, do pequeno arco do que jugo ter sido confessionário e do óculo do coro alto. O primeiro plano deve ter sido feito no estilo corrente. A interrupção das obras deu como resultado a sua prossecução no estilo renascença.

De modo que, estes primeiros architectos e officiais devem ser procurados ainda entre os mestres do manuelino empregados no serviço de D. Manuel, que seria desses que D. Leonor teria lançado mão.

Ora para o rei trabalhavam, em diversos pontos do país, nos princípios do século XVI, João de Castilho, João, Miguel, António, Francisco e Diogo de Arruda, Boitaca, Pero e Filipe Anriques, Marcos Pires e André Pires.

Teriam alguns destes relação com o nosso monumento?

Sabemos pelo Dr. Reinaldo dos Santos, na sua obra fundamental — *Oito Séculos de História de Arte* — que Diogo e Francisco de Arruda foram os principais mestres das obras do Alentejo. Por extensão e proximidade teriam sido destacados para as do Algarve?

Decerto não lhes passou despercebida uma nota — que estes mestres de pedraria se agrupam por famílias (pais, filhos e irmãos), que, por vezes, se encarregam colectivamente das obras ou se sucedem nelas.

Como possuímos uma informação, na G. E. P. B., embora não se dignem dizer-nos com que fundamento, de que Afonso Pires foi «o mestre das obras do convento de N. S.ª da Assunção de Faro, mandado construir em 1543 pela Rainha D. Catarina, mulher de D. João III», somos logo tentados a inclinar-nos para a hipótese da família, escolhendo daqueles architectos ou mestres do manuelino os dois Pires lá incluídos — Marcos e André. Teriam sido esses que a Rainha D. Leonor mandou.

Pouco durou essa fase da obra. Escassos quatro anos. Começou-se pela igreja, que ficou «imperfeita» e por um dormitório, que ficou «mal acabado». D. Manuel morrera em 1521. Dois anos se passaram nas hesitações sobre o casamento de D. Leonor com o enteado, que, no dizer de Fr. Luís de Sousa, «não acabava com sua honestidade aver de tratar amores, inda que santos e castos, com a mulher que o fora de seu pai». Neste tempo, ainda havia tais delicadezas, embora, em contrapartida, houvesse, na mesma família, quem roubasse ao filho a mulher que lhe era destinada... Sempre admirei neste D. João III o recusar comer em segunda mão a iguaria que

lhe furtaram em primeiral E foi esta uma das «partidinhas» que me enjoaram do Rei Venturoso...

Em 1523, D. Leonor retirou-se definitivamente para Castela, quando o rei já tinha pedido em casamento a outra irmã de Carlos V, D. Catarina, com quem veio a casar por procuração em 1524 e por palavras de presente em 1525.

A obra do convento parara por completo. Ouçamos de novo a crónica: «Lamentaram as duas fundadoras a sua infelicidade, porque com a ausência da Rainha e a falta de outros benfeitores perdiam a esperança de ver completos seus desejos». Mas chegou ao conhecimento de D. Catarina... a grande desconsolação em que viviam as duas virtuosas irmãs... e informada dos seus exemplares procederes e da grande utilidade desta fundação, tomou por sua conta o continuá-la... e **empenhou todo o seu poder** para que debaixo da sua protecção se concluísse».

Isto devia ter sido aí por 1527. Acabou-se a igreja com sua cúpula, re'evada e afrescada ainda desse tempo, e construiu-se o claustro, rodeado, em baixo, da sala do capítulo, do refeitório e cozinha, locutório com a grade, de que ainda resta um pedaço, e algumas dependências secundárias. As dependências do andar superior começaram pela ala poente (dormitório e salas de trabalho consecutivas ao coro alto); e, posteriormente, o dormitório da ala sul (1545) e as outras dependências das alas nascente e norte, que hoje não identificamos com o que teriam sido, desfiguradas como foram por muitos acidentes sofridos pelo edifício.

Em 1539, foi colocado o pórtico, de belo lavor escultural, tendo pilstras coríntias sob a cornija e o brasão com um camaroeiro. Este não tem nada com a primeira fundadora, porque não faz parte das armas desta mas da outra D. Leonor, mulher de D. João II (recordando a trágica morte de seu filho). A presença destas armas ou diz respeito às freiras do Mosteiro da Madre de Deus, de onde vieram as primeiras para este convento, ou «à gratidão régia pelas rendas que as rainhas recebiam da pesca do Algarve, homenagem indirecta à nossa província e ao esforço nobilíssimo dos pescadores algarvios».

Os labores do pórtico são tão belos, que, em tempo, foram copiados em gesso para servirem de modelos de desenho na Escola Industrial e juízo que ainda por lá andam.

O claustro é, sem contestação, a parte mais bela de todo o edifício. É do tipo chamado **coimbrão** de 1540, do Carmo e de São Tomás, de Coimbra, e da Penha Longa, de Sintra. Também é parecidíssimo com o do Convento da Saudação, de Montemor-o-Novo (séc. XVII) que tem as arcadas de volta redonda no rés-do-chão e direitas sobre colunas, no piso superior. Mas esse não tem as carrancas, as gárgulas e outros lavores, que ornam o nosso. Este tem dois andares, o superior de arquitrave horizontal e capitéis jónicos, o inferior de arcaria de volta inteira e capitéis da ordem dórica. Todo ladeado de botaréus encimados de gárgulas a separar tramos de dois arcos. As gárgulas, animalistas, são todas diferentes. Está nelas mesmo a originalidade deste clautro bastante semelhante ao de Penha Longa pe'os gigantes reforçados e de molduras bastante salientes. Graciosas e de delicado relevo algumas das portas do andar superior.

Podemos muito bem aceitar para estas obras a autoria de Afonso Pires, talvez filho dum dos outros Pires que cá andaram ao princípio, e

coadjuvado por Diogo Pires, possivelmente seu irmão, que, em 1561, ainda trabalhava em Faro «nas obras que a rainha D. Catarina, avó de D. Sebastião aqui trazia» e a quem, em agosto desse ano, foi passada uma carta de privilégio autorizando-o a «que paste nos baldios da cidade seis bois que trazia empregados nas mesmas obras».

Deixemos outra vez falar Fr. Jerónimo: «Pronta toda a fábrica com grandes despesas, a Rainha cuidou logo em formalizar o seu Mosteiro com **Mestras** que ensinassem e instruissem as suas primeiras plantas na vida religiosa e santos costumes da Ordem de Santa Clara. Para esse fim conseguiu do reverendíssimo Fr. João Calvo, ministro geral de toda a Ordem Seráfica, que naquele tempo se achava neste reino, viesse tomar posse do Mosteiro da Assunção em Faro e lhe desse fundadoras da **Madre de Deus**, de Lisboa. E o Provincial, que então era desta Província, Frei Francisco Quaresma, nomeou oito religiosas segundo a insinuação da Rainha, as quais foram: a Madre Sórora Brites da Assunção, por Abadessa; as madres Sórora Helena da Conceição; Sórora Paula da Madre de Deus; Sórora Cecília da Cruz; Sórora Catarina do Espírito Santo; Sórora Jerónima do Menino Jesus; Sórora Clara da Conceição; e Sórora Antónia da Visitação.

Muito gostosa ficou a devota Rainha com esta escolha e nomeação de religiosas dotadas de virtudes e prudência para semelhante empresa; e ao mesmo tempo que solicitava a conclusão do Mosteiro para a entrada das Veneráveis Fundadoras, a todo o custo dispôs também a sua jornada para Faro».

Já em 1540, D. João III tinha elevado a povoação à categoria de cidade. Já Paulo III tinha publicado a sua Bula transferindo a Sé, de Silves para aqui, embora tal transferência não se executasse senão daí a anos.

Era uma terra, como diz Baptista Lopes, «lavada pelas águas do Oceano, que todas as marés banhavam seus muros, e davam entrada a embarcações de a to bordo, ia crescendo em comércio, com o qual havia aumentado a população, que não estava sujeita a moléstias malignas e periódicas», portanto cidade sadia.

Em 1541, «concluído o principal do edificio», nota Fr. Jerónimo, o que comprova que as obras ainda se prolongavam, cuidou a Rainha na jornada das freiras com decência e grandeza condignas à estima que tinha pelo Mosteiro da Madre de Deus, donde as freiras saíam. Para lhes evitar os incômodos de uma tão grande jornada por terra (os senhores sabem que, ainda nos fins do século XIX, por terra levava-se oito dias a chegar a Lisboa!), mandou preparar um navio para esse transporte.

No dia determinado, saiu a Rainha do palácio acompanhada dos Grandes da Corte, Provincial da Província, Eclesiásticos, Religiosos e imenso povo, em bem ordenada procissão dirigida ao Mosteiro da Madre de Deus e ali esperaram a saída das religiosas. E solenemente foram conduzidas a bordo.

Mas não era vontade divina — diz o cronista — que fizessem a viagem por mar. Apenas o navio deu de vela, levantou-se uma grande tempestade que as fez voltar a terra e a Rainha, para as livrar de maiores sustos as mandou por terra, na companhia do Ministro Provincial — um Frei Cristóvão, Bispo de Anel, e outros muitos religiosos da Província.

Chegaram a Faro, em véspera de Todos-os-Santos desse ano de 1541, sendo recebidas pelo Clero, Senado e Nobreza e grande concurso de povo

da terra e dos arredores, que as acolheram com muitos vivas e palmas, e em solene procissão foram conduzidas ao Mosteiro novo.

É claro que quem mais rejubilou foram as duas irmãs fundadoras, que, depois de quase 23 anos, viam satisfeitos os seus votos.

Embora as obras fossem continuando, a vida do convento organizou-se segundo as normas da **Regra**. Possuímos no Museu o exemplar escrito em pergaminho com letra gótica autenticamente do século XVI, com simples mas graciosas iluminuras, pela desconhecida Soror Inês d'Assunção, que não foi nenhuma das oito primeiras. E fica-se impregnado dum estranho eflúvio de outrora através daquela presença quinhentista, que parece acabadinha de executar, e lendo aquele capítulo onde se trata da maneira de «falar à grade do pariatório».

D. João III quis confiar a direcção espiritual desta Casa aos franciscanos da Província da Piedade, que ocupavam de pouco tempo o convento de Santo António, onde hoje está instalado o quartel. Opuseram-se os religiosos tenazmente por isso ir de encontro ao seu instituto, e com tanta força que largaram o Convento e foram para Portimão tomar posse do dos Menores Observantes, vindo estes para Faro e ficando com o que aqueles deixaram.

E vem aqui a propósito desfazer a balela das ligações subterrâneas entre o convento dos frades e o das freiras. Basta pensar-se que o largo de S. Francisco era ainda então ria, banhada pelas águas em cada maré, para ver a inépcia dessas atoardas! Façamos justiça de concordar que as «fraquezas», se é que as houve, eram mais «humanas» e menos... toupeirais!

As religiosas cultivavam a sua cerca e viviam de esmolas. D. Catarina deixou-lhes em testamento duzentos cruzados e em codicilo mais dois mil.

El-rei D. Sebastião concedeu em 1560 um alvará para que fosse dada às freiras toda a pedra, cal e tijolo e quaisquer outros materiais para as obras do convento, e assim pedreiros, carpinteiros, oficiais e servidores, obrigando-os com penas a servirem nas ditas obras.

Mais tarde, o Cardeal D. Henrique ordenou fossem dados a este convento cada ano vinte moios de trigo; seis de favas; três de centeio; trinta alqueires de grão; dez de lentilhas; uma pipa de azeite; duas jarras de mel; um fardo de arroz; cinquenta varas de bretanha; cem varas de canhamão e que tudo isto se desse na Alfândega de Faro. Além disso, mandou dar-lhes 100\$000 para seu vestuário e mais 300\$000 para outros gastos de forma que lhes fossem dados 25\$000 réis em cada mês.

D. Filipe I confirmou as mercês feitas pelo Cardeal Rei mudando somente os pagamentos da Alfândega para os **Direitos do Pescado**. O mesmo em 1586 fez esmola ao Mosteiro de duas dúzias de atuns; dez dúzias de pascadas secas; vinte milheiros de sardinhas e quatro moios de sal em cada ano.

Não viveriam muito mal, principalmente se atendermos a que eram freiras e deviam ter restrições alimentares penitenciais...

Parece que, quanto a água potável, não estavam bem. Diz o cronista que no verão se secavam os poços da clausura e a água trazida de fora era-o à custa de muito trabalho. Isto embaraçava os seus espirituais exercícios.

Vinte e três anos gastaram em vistorias pelos mais experimentados vedores mas sem fruto. Voltaram-se então para o divino e, no dia 23 de Abril de 1564, dia de S. Jorge, defensor de Portugal, uma noviça foi tirar

água a um poço que estava dentro duma casa do mosteiro e, estando cheia de sede, quis molhar os lábios com a água do balde mas receou por esta ser muito salobra. Porém escorregando caiu sobre o balde e entrou-lhe na boca água, que já não era salobra! Chamou toda a comunidade para que a provasse.

O poço que conheci no claustro tinha ultimamente água bastante salobra, mas, no tempo dos meus avós, as mulheres das redondezas iam lá à água. Seria ainda da milagrosa?

A casa possuía preciosidades. Entre outras relíquias com que a Rainha D. Catarina a enriqueceu, figurava a cabeça de Santa Alburiana, virgem e mártir, filha do rei da Hungria, relíquia esta que veio do convento de S. Jorge da cidade e província de Salzburg por mandado do Papa Clemente VII e ordem do Imperador Fernando ⁽¹⁾. Havia mais relíquias, algumas das quais me parecem fabulosas e ridículas, como «parte do coração de S. Francisco» (ainda não existia o Dr. Barnard!); duas cabeças das Onze Mil Virgens; parte do escabelo em que Cristo lavou os pés a seus discípulos; uma boa parte da Porta Áurea; e «outra do berço do Menino Jesus (coisa que Ele nunca teve...) etc., etc.. Poupo-lhes a enumeração das que acho verosímil existirem. Também se fa'a numa preciosa relíquia do Santo Lenho.

Na sala do Capítulo, onde hoje está a secção lapidar do Museu, havia um magnífico Cristo, oferta de D. Catarina, que deve ter sido destruído pelo terremoto.

No coro alto, que era «espaçoso e de ponto levantado (tecto em masseira) guarnecido de primorosas pinturas», além de um Menino Jesus, de grande estima e devoção, «havia uma imagem da Senhora da Graça» que foi instrumento dum dos factos da legenda áurea do Convento.

1565 foi para o mosteiro ano de graça, pois a Rainha conseguiu de Pio IV uma Bula concedendo um jubileu pleníssimo para se lucrar visitando a igreja do mesmo no dia 15 de Agosto e no dia da Invenção da Santa Cruz, 3 de Maio, mostrando-se naquelle a cabeça de Santa Alburiana e neste uma cópia do Santo Sudário que a Rainha mandou guardar nesta casa.

Em 1567, obteve D. Catarina do Papa S. Pio V outra Bula, esta fixando em 30 o número de religiosas do Convento.

Antes de passarmos a sucessos menos felizes, será ocasião de enumerar algumas pessoas de distinção que receberam o hábito neste mosteiro, constantes da mesma crónica que tenho seguido: Soror Isabel dos Anjos, da cidade de Toledo; Sórora Jerónima da Cruz, natural de Coimbra; Sórora Alburiana da Madre de Deus e Sórora Germana da Anunciação, de Bragança; Sórora Mariana da Coluna, de Tomar; Sórora Margarida de Jesus, de Santarém; Sórora Eugénia de S. Francisco, natural de Arzila; Sórora Ana de S. Francisco, de Elvas; Sórora Maria da Paixão, da Torre de Moncorvo; Sórora Maria da Encarnação, filha do Visconde de Ponte de Lima; Sórora Helena da Trindade, das

(1) — Esta cabeça foi certamente uma das seis trazidas a Portugal pelo jesuíta Pedro Fabro e colocadas no oratório da rainha em 21 de Setembro de 1564 (Alemparte, J. Ferreiro — España y Alemania en la Edad Media, citando J. Baptista de Castro).

principais famílias de Faro, senhora que depois de viúva deixou o mundo e seus interesses, legando ao Mosteiro a esmola de dois mil cruzados; Sôror Serafina de S. Mateus, prima do Marquês de Barca-Rota e da Marquesa de Aiamonte; Sôror Violante Barga, que depois se chamou D. Violante de Meneses. (Dá a impressão de que esta «roeu a corda sagrada» e voltou ao mundo, o que hoje aceitamos bem, mas, naquele tempo, devia ser intolerável!)

«E por último remate de todas — exalta fr. Jerónimo — a Madre Sôror Arcângela de S. Miguel, filha de S. Francisco de Borja, crédito da Companhia de Jesus, antes duque de Gândia e hoje protector do Reino contra os terremotos»...

O pior é que me parece que Fr. Jerónimo, neste ponto, foi tomado de alucinação e inventou... Há poucos meses li a vida de S. Francisco de Borja escrita pelo seu contemporâneo Ribadeneyra e... das três filhas que o santo teve não encontro nenhuma disponível para ser esta Sôror Arcângela. D. Isabel foi Condessa de Lerma; D. Joana casou com o marquês de Alcañices; e Sôror Dorotea acabou monja descalça em Santa Clara, mas de Gândia.

Seria muito honroso para o nosso convento ter tido aqui uma filha de tão santa e famosa personagem. Mas, em presença dos documentos, só poderemos dizer: Ah! maroto Fr. Jerónimo! Ah! Fr. Jerónimo maroto!

Em 1577, é mudada de facto a Sé para Faro, passando o Bispo D. Jerónimo a residir nesta cidade e instalando-se o Cabido na igreja de Santa Maria tornada catedral. O convento e sua igreja passaram a ser objecto das atenções desta nova e importante corporação cidadina. As procissões entravam sempre na igreja do Mosteiro para que as enclausuradas as pudessem ver.

De resto, a abadessa tinha certos privilégios: usar báculo (deste, que era — curto e grosso, se fez, em 1911, um báculo desmontável para os prelados levarem às visitas pastorais) e caminhar debaixo de pália (conheci na Sé as sanefas de tecido oriental pertencentes ao pália da abadessa do convento).

Nesse mesmo ano, D. Sebastião andou por todo o Algarve, tendo estado também em Faro. É natural que no convento da Assunção estivessem amigas ou protegidas de sua Real Avó, o que torna absolutamente verosímil a visita do jovem soberano àquela casa.

Ouçamos de novo o cronista e... apuremos a nossa credulidade...

«Um dia El-Rei D. Sebastião foi levado pelas freiras ao coro, à parte da Epístola, e apenas chegou à presença da imagem da Senhora da Graça, reparou que a santa descera os braços, com grande admiração do rei e das religiosas; e, quando o mesmo Monarca partiu para a África, a Abadessa do Mosteiro tomou muito a seu cuidado o deprecar a Deus o seu bom sucesso diante da aludida imagem, encomendando às religiosas a mesma empresa, e ela, Abadessa, nas mãos da Senhora pôs um memorial dirigido a este fim. Em dia de S. Domingos, 4 de Agosto de 1578, que foi o dia da destruição portuguesa em África, indo a Madre Arcângela vestir, como costumava, o simulacro soberano, caiu a mão da Senhora em que estava a súplica, ficando o lugar donde se separara, cortado, como se fora feito ao golpe de uma serra. A imagem era de pedra e sem falha alguma, como muitas vezes a tinham observado.

Atribuíram logo as freiras o caso a ter-se dado alguma infelicidade

grande, chegando depois a notícia da perda do Rei D. Sebastião com todo o seu exército no campo de Alcácer!»

Já o descer dos braços da imagem na presença do soberano fora o Céu a manifestar-se da mesma opinião do Bispo D. Jerónimo Osório, na célebre carta que anda impressa, em que procurou dissuadir o monarca da sua empresa à África. Mas D. Sebastião foi surdo a tudo e o bispo até achou prudente fazer uma viagemzinha a Roma, porque os senhores reis eram muito católicos, mas, quando os contrariavam, tornavam-se como qualquer leninezinho avant la lettre!

1596 foi fatídico para a cidade de Faro e para o convento da Assunção. Era a época em que os ingleses pirateavam desavergonhadamente pelos mares da Europa, com conhecimento e proveito da Rainha Isabel. Desde que o Rei de Espanha começou a reinar em Portugal, a Inglaterra considerou-nos seus inimigos e tratou de atacar não só os nossos barcos, como também as nossas costas. Em 15 de Julho de 1596, o Conde de Essex desembarcou em Faro com os seus homens, pilharam o que encontraram de bom e incendiaram os principais edifícios, nomeadamente as igrejas. Não escapou o mosteiro, que «ficou quase todo reduzido a cinzas com a perda do cartório e grave incómodo das religiosas que, transidas de medo, fugiram descalças e mal vestidas para o interior da serra do Algarve, indo refugiar-se na capela de S. Miguel, no serro do mesmo nome».

Estamos a ver a horrível cena. A pequena cidade, que tinha a defendê-la meia dúzia de artilheiros com duas ou três peças desmanteladas no castelo, ameaçada pelos barcos dos piratas, que avançavam pelos canais da ria, toma-se de pânico, entrouxa o que pode e foge. O grosso da população segue o bispo, que era já D. Fernando Martins Mascarenhas, e vai refugiar-se em Loulé. As pobres religiosas seguem outro rumo: vão na direcção de Moncarapacho, sobem a serra e só param na pequena ermida de S. Miguel, onde se instalam provisoriamente. Entretanto a horda revolve, arrecada, arrebanha tudo o que lhe pode interessar, desde o ouro e prata, até os livros do bispo que foram parar à Biblioteca Bodleiana de Oxford, onde minha mulher, a meu pedido, os foi ainda ver e compulsar, há poucos anos, e donde me trouxe o respectivo catálogo, que conservo na Biblioteca Municipal, onde V.^{as} Ex.^{as} poderão certificar-se de que se trata apenas dos livros que um bispo, Inquisidor Geral, devia ter na sua livraria. E que satisfação que sentimos por, neste ponto, os ingleses terem sido burlados!

Além de um poeta irlandês, que é rei da Redonda, nas Antilhas, me ter mandado, há oito anos, por um emissário expresso, o primeiro exemplar dum dos seus livros, como protesto e reparação contra o roubo dos ingleses em 1596! É sempre tempo!

Voltando às freiras. Algumas em consequência do abalo sofrido morreram pouco depois. No mosteiro, ficara uma religiosa já anciã ao cuidado duma mulher também de bastante idade; os ingleses, que, antes de lançarem fogo ao edifício, o devassaram, a fim de se assenhorearem dos objectos de valor, vendo-as, tiveram comiseração e levaram-nas para a horta, a fim de não serem carbonizadas. Aí morreu a religiosa. Salvou-se um quarto do convento, que serviu, diz Fr. Soledade, de abrigo às religiosas quando voltaram da sua peregrinação forçada.

O século XVII foi para o mosteiro uma época de serenidade, como o deve ter sido para toda a cidade, conformada com o domínio espanhol, até que, sacudido este, aderiu de boa vontade à revolução de 1640, depois de ter riscado acórdãos comprometedores nos livros capitulares e rasgado documentos nos arquivos públicos. Apagados esses pecados veniais de colaboracionismo, a vida voltava a ser patrioticamente nacionalista e pacata.

No século XVIII, continuaria a mesma serenidade e pacatez e até prosperidade e certa grandeza, se... a terra não tivesse tremido. Julgo que o terremoto de 1722 afectou o convento, pois a porta que dá acesso à escadaria do andar superior tem a data de 1727. Mas quando ele sofreu imenso foi no de 1755. Na derrocada, morreram três freiras moças e virtuosas e em grande perigo esteve outra que com muito custo foi tirada das ruínas. No próprio dia da catástrofe, 1 de Novembro, o então bispo do Algarve, D. Fr. Lourenço de Santa Maria, segundo conta o autor da História de Varatojo, fez recolher debaixo de cruz as Religiosas a umas casas decentes e lhes mandou assistir com todo o necessário para viverem com regularidade e recolhimento possível... Estas casas ficavam ao princípio da estrada, que desta cidade vai ter a Loulé, na horta que ainda se chama **Horta das Freiras**.

Os estragos do terremoto foram vastos: o corpo da igreja ruíu todo e com ele o coro. Toda a ala nascente e grande parte da poente ficaram também arruinadas. Parece que a ala sul — a última a ser construída — resistiu, assim como o claustro. Os azulejos, tanto os do século XVII como os do XVIII (o refeitório era todo revestido deles) resistiram até ao encerramento do convento, em que, grandes e pequenos, se fartaram com eles...

Tudo se foi reconstruindo, mas nos mo'des de pobreza que as circunstâncias permitiram. Ainda assim, na abóbada do corpo da igreja, foi pintado um grande escudo português, que chegou aos nossos dias, embora muito enegrecido. O restauro não o refez.

«Reparado o convento, diz-nos Baptista Lopes, voltaram a ele as suas antigas donas» e lá foram fazendo a sua vida normal de religiosas com as suas renúncias divinas mas também com as suas fraquezas humanas. As Actas das Visitações ao Mosteiro são muito elucidativas. Numa delas diz-se que constou que, no quarto da oração e disciplina, não assistiam todas as religiosas e, no mesmo tempo, andavam pe'lo mosteiro conversando. O visitador ordenava que, quando se fizesse sinal para o quarto de oração e disciplina, acudissem todas as religiosas sem excepção alguma, a cujos actos não poderiam faltar senão por causa de enfermidade.

Também as porteiras não observavam as normas sobre a abertura da porta do convento, que o visitador recordava.

Mandava-se que nenhuma religiosa falasse nem chegasse à grade ou torno, sem expressa licença da Madre Abadessa, e, tendo licença, não se demorasse neles mais tempo do que lhe fosse necessário.

Algumas religiosas repugnavam servir os ofícios para os quais as elegiam as pre'adas; mandava-se que nenhuma se pudesse negar a tais ofícios.

Havia muitas discórdias a respeito de quem havia de levantar os foles nas ocasiões em que se devia tocar o órgão; mandava-se que na tábua semanal dos ofícios se nomeasse uma noviça e faltando estas se seguisse a mais moça no hábito.

Ordenava-se ainda que, quando houvesse obras no Convento ou entrassem homens noutro qualquer serviço, de nenhuma sorte se lhes desse de comer dentro da clausura, como estava proibido pelas constituições gerais de todas as religiosas; e se quisessem fazer alguma dádiva aos ditos oficiais os mandariam sair para fora do Convento às horas de comer.

Como se vê, as pequenas misérias da vida de mulheres em comum e as precauções contra o velho prolóquio: «mulier ignis, vir stuppa, diabolus flabellum» — tudo a mostrar-nos que eram seres humanos que habitavam esta casa.

E, apesar de todas estas precauções, parece que não deixou Cupido de introduzir-se ali e tentar as suas empresas.

Avancemos ao tempo de D. Francisco Gomes — últimos anos do século XVIII e princípios do XIX. É agora Ataíde Oliveira que nos informa.

Corria o ano de 1796. Em uma noite, a hora adiantada, e quando o prelado estava a terminar as suas orações, ouviu bater rijo à porta do seu palácio. Desceu a abrir, pois a força com que alguém batia significava urgência.

Aberta a porta, caiu de joelhos aos pés do prelado uma freira nova e formosa. As suas lágrimas traduziam profundo arrependimento ou dor extrema. Entre as suas palavras, interrompidas pelos soluços, percebeu o prelado que a freira tivera um namorado, que este a convencera a fugir do convento nessa noite, e que ela, iludida, fugira efectivamente, mas já não encontrara quem a iludira. Conhecera então que fora enganada e pedia ao prelado salvasse a sua honra sem perda do seu crédito.

Ficou o santo bispo surpreendido com esta confissão e vendo que era profundo o seu arrependimento, apenas respondeu:

— Espere-me aqui: subo e volto logo.

Momentos depois voltava o prelado com a batina, capa e barrete de um dos seus fâmulos.

— Vista por cima do hábito esta batina, ponha a capa e o barrete e acompanhe-me, ordenou.

A freira assim fez e acompanhou-o, dirigindo-se ambos para o convento. O bispo bateu rijo à portaria e de dentro perguntaram quem batia.

— O bispo do Algarve, respondeu, na sua voz seca e áspera, quando queria ser obedecido.

Dentro ambos do convento, ordenou o prelado que fosse chamada a abadessa. Logo que esta apareceu estremunhada, disse-lhe:

— Faça reunir na sala do capítulo todas as freiras deste convento.

A abadessa foi dar as ordens. Entretanto o prelado com o seu fâmulos passeava pelo claustro. Em certo lugar, o fâmulos entrou numa cela e o prelado ficou só.

Momentos depois, o som da campainha chamava as freiras à sala do capítulo e a abadessa aproximava-se respeitosamente do prelado, dizendo que estavam todas as freiras reunidas. O bispo dirigiu-se para lá e na presença de todas disse:

— Tive uma denúncia em que fui informado de que uma freira fugira esta noite deste convento. Faça a madre abadessa a chamada de cada uma.

Feita a chamada, todas responderam. Então o prelado fez uma veemente alocução, recomendando a exacta observância dos Estatutos e ordenando às superiores vigilância e extrema caridade.

E saiu do convento sem que ninguém tivesse tempo de reparar que o prelado entrara acompanhado do seu fâmulos e saíra só.

Este acto, contado por Ataíde Oliveira, tem de tal maneira as características de D. Francisco Gomes, que nada repugna acreditá-lo. Mas... alguém divagava pelo Largo, quando o prelado saiu do convento e esse alguém, diz Ataíde, «era o maior dos seus inimigos».

Pus-me a investigar quem e'e fosse e descobri, por várias referências, o nome de um Cônego Valinho, verdadeira ovelha ranhosa do Cabido, e que D. Francisco se vira obrigado a castigar. No dia seguinte, circulava pela cidade que o prelado corria amores com uma freira. Em breves dias, chegou esta calúnia ao conhecimento do Príncipe Regente e o prelado era chamado a Lisboa, onde provou a sua inocência.

Mais um exemplo de que, às vezes, as nossas melhores acções podem trazer-nos sérios dissabores!

As perturbações provenientes das invasões francesas não chegaram até ao convento e as freiras ali se foram mantendo até ao advento do regime liberal, na situação de decadência em que se encontravam, por todo o país, as ordens religiosas, sem que ninguém tivesse tentado uma reforma enérgica e profunda.

O decreto de 9 de Agosto de 1833 mandava suprimir as Casas Religiosas em que houvesse menos de 12 conventuais. Estavam neste caso os conventos de Lagos e de Loulé, cujas religiosas foram mandadas reunir-se às de Faro. Mas, sendo ainda diminutas as rendas para aqui se manterem, ordenou o Governo em 1836 que ali se reunissem também as do Convento de S. Bernardo de Tavira com os seus rendimentos. Quando o Governador do Bispado estava procedendo às diligências para efectuar esta mudança, baixou nova portaria (era uma época de mudança frequente de «ventos», como outras que conhecemos...) para que a reunião de todas se fizesse no convento de Tavira por ser mais espaçoso.

Lá foram as pobres religiosas para Tavira, abandonando a casa onde pensavam morrer, e isto depois de, em 1834, a quando da eleição para abadessa de Sôror Helena Constantina da Cruz, todas as freiras terem jurado obediência ao Governador do Bispado **imposto** pelo Governo liberal (até parece haver contradição nestes termos!) e ao Decreto de 9 de Agosto desse ano. Este «auto de obediência» ainda foi assinado por onze religiosas.

Após a saída das freiras, começou aquilo a que se pode chamar a «paixão e morte» do Convento.

Tomou posse dele o Estado. Sabemos perfeitamente o que isto significa. Enquanto não aparecia o «afilhado» a quem se desse aquela «fatia» do «pão daquele compadre», o edifício ficou abandonado. A certa altura, (contavam-me pessoas de setenta anos, quando eu tinha quinze) a porta estava

só «fechada com um araminho» e as mulheres do povo das redondezas «iam lá à água». Existia lá um poço, ao meio do claustro, que era melhor ter-se conservado, se se pensava substituí-lo pe'o reles e desgracioso tanque, congeminado e executado não pelos autores do restauro mas por um sonso dum amigo meu, que, não obstante as minhas objurgatórias, nunca se desmanchou... E eu só o soube após ele se ter safado!...

Depois, não só elas mas pessoas, que não eram povo, começaram também a carregar os azulejos que ornavam o claustro, a igreja e, pelo menos, o refeitório. A gente tem encontrado por aí alguns — na horta contígua ao convento e em colecções particulares. Outros teriam ido para longe...

Em 1860, o assentista José Maria de Carvalho e Teodoro José Tavares compraram o edifício por 1.200\$000 réis. A compra foi um pouco confusa, pois, após a morte do segundo, a viúva, que quis vender a sua metade a um José Francisco Cabrita, seu genro, dizia que não se tinha procedido ainda à demarcação por dificuldades apresentadas pelo José Maria de Carvalho e por isso ela não sabia qual a parte que lhe pertencia e não tinha título que provasse pertencer-lhe, mas reconhecia que J. Maria de Carvalho era bastante cavalheiro para não negar tal compra de sociedade com seu falecido marido, pois pela metade indiscriminada do convento seu marido dera umas terras no sítio da Arábia, freguesia de S. Pedro desta cidade. E, se o José Maria de Carvalho não quisesse demarcar a metade do convento, reconhecesse ao Cabrita o direito de ficar, por 300\$000 réis, com as ditas terras da Arábia.

Isto consta de um documento feito pelo tabelião Ludovice. E parece que o assunto ficou arrumado pois foi só ele, Carvalho, que, com sua Esposa, D. Maria Romana de Macedo Ortigão Carvalho, vendeu o convento «que foi das freiras desta cidade com a competente igreja e todos os seus pertences, com cerca, com porta de carro, ramada, palheiro, etc. a Samuel Amram, proprietário e negociante, por 2.000\$000 réis».

Samuel Amram montou nele uma fábrica de «rolhas e preparação de cortiça em prancha», como durante muitos anos se leu em letras pretas sobre a vasta parede caiada de vermelho.

Quando eu nasci e enquanto fui pequeno, estava a fábrica em poder de seu filho Abraão Amram, cuja morte conheci. Não me lembro é dos três incêndios que a mesma sofreu, em que parece que sempre ardeu todo o recheio (ora, cortiça!) sempre coberto pelo seguro! Mas lembro-me muito bem de ver a prensa hidráulica instalada na igreja atravancada de fardos, e da abertura por onde passavam as correias que vinham do motor, montado junto a um dos moirões do claustro, onde ainda estão as suas marcas! Faro sorriu a isto durante mais de 80 anos! Extraordinária brandura de costumes!

Morto Abraão, ficaram os filhos, que não eram Isaac e Jacob, mas Samuel e Jshuah, que pouco tempo a geriram, pois a passaram ao alemão Greiner, associado depois com Fritz Henzler, que se tornou por último seu único proprietário.

Faça-se aqui justiça ao segundo e ao último proprietários, um porque salvaguardou algumas peças nobres do edifício, mandando-as para o Museu dos Capuchos, o outro, porque foi de uma compreensão cultural e de um

civismo excepcionais nas negociações para a aquisição do convento pela Câmara Municipal. Tenho muita honra e muito prazer em fazer esta afirmação.

E com isto começa a... ressurreição do vetusto edifício, que, desde 1948, é monumento nacional. Foi a Câmara do Dr. Gordinho Moreira que, em 7 de Outubro de 1960, assinou a escritura da aquisição do Convento e sua cerca por 650.000\$00, acto que um jornal fareense declarou com muita justiça «de verdadeira inteligência, de autêntica política do espírito e de indesmentível amor à terra». Recorde-se bem que o fim com que se fez esta compra foi — a instalação dos Museus e da Biblioteca Municipal.

A aspiração era antiga. Já em 1915, o Dr. José de Figueiredo, inspector dos Museus Regionais, propôs ao Governo a expropriação e restauro do restauro do edifício, saindo até um decreto — o n.º 2042, do 11-IX-915 — para a criação do museu regional de arte e arqueologia — decreto de que ninguém fez caso, a começar pelas estâncias superiores, que tinham que dar o subsídio de 300\$00 anuais!...

Em 1922, houve outra pessoa — o Cónego Lorena — que alvitrou essa aplicação. Depois muitas vezes se falou nisso ou escreveu, como num manuscrito de Honorato Santos, de 1943.

Mas só na sexta década do século, a aspiração se havia de concretizar, com o início do restauro do convento, começado com grande entusiasmo e febril actividade, embora com discutíveis critérios. Era a Câmara que «punha as toalhas», mas a D. G. dos E. e M. Nacionais dava dinheiro do Fundo do Desemprego.

Em 1971, com o consentimento inteligente do Major Vieira Branco, trouxe dos Capuchos para a igreja do Convento os quadros, que se estragariam por completo (e perdiam-se a'guns milhares de contos!) se continuassem lá. E, depois de ter visto o convento ser cobiçado para tudo e servir para tudo, até, duma vez, para aviário e coelheira, consegui autorização para trazer para ele o recheio que lhe era destinado: procurei alojá-lo, parte provisória, parte definitivamente. E, feita essa arrumação, que não é boa, mas... «já se vê», tive a consolação de ver inaugurado provisoriamente e aberto ao público o museu, *rendez-vous* de muitas dezenas de estrangeiros, que dali podem levar uma ideia do nível cultural da cidade que visitam.

Em curso a ressurreição. Mas esta é de nova espécie — é aos *solavancos*! Porque, enquanto por um lado se quer dar vida ao magnífico edifício, por outro há um «leque» (deixem-me sacrificar à actualidade!) de inibições, inércias, resistências surdas, incompreensões e desinteresses, que conservam interrompido o restauro, há cinco anos! Em 1974, meses antes do 25 de Abril, veio a Faro o Ministro das Obras Públicas. Viu o convento. E, chegado a Lisboa, deu um despacho para os Monumentos Nacionais, mandando que fosse considerada a continuação das obras. Até hoje, tudo continua na mesmal.

Uma parte dos trabalhos (a de carpintaria) ficou a cargo dos serviços camarários. A Câmara tem votado todos os anos verbas para o restauro do Convento. Só uma pequena parte delas é gasta, em ninharias, e os caixilhos

para as janelas continuam em meio, de uns anos para os outros, não se sabe porquê...

A electrificação ficou também (contra vontade do respectivo director delegado, diga-se a verdade!) a cargo dos Serviços Municipalizados, hoje Federação dos Municípios. Mas as perguntas deixadas sem resposta lá de cima, apesar de três visitas de técnicos de electricidade dos Mon. Nacionais, justificam a inércia local. E a electricidade do convento continua no estado em que a «Capital» a mostrou há semanas, nanja a meu pedido!...

Desde ontem tenho algo a acrescentar. Um ofício da Câmara, de 27 de Nov.º de 1975, teve resposta a 9 de Abril dizendo que «estes Serviços (dos M. Nacionais) consideram que o estudo respeitante à instalação eléctrica do Convento de N. Sr.ª da Assunção só poderá ser elaborado depois dessa Câmara fornecer um programa gráfico das instalações previstas para o imóvel, pelo que solicita o seu envio».

Meus senhores, eu não sou comunista, nem crente no poder popular, mas, palavra de honra, gostava de ver o Zé a administrar estas coisas, pois me parece que andariam melhor!

Eu não tenho no museu um gabinete de trabalho, nem há um compartimento onde se possam executar aquelas tarefas que são correntes nos museus. Tenho as casas respectivas, que só precisam de relativamente pequenos acabamentos. Tenho verbas aprovadas há dois anos. Mas mil pequenas inércias combinadas fazem com que tudo continue como dantes!...

Em 1971, o resto do restauro fazia-se (o edifício tem 26 salas — só 8 estão restauradas) com 500 contos. Este ano, os Mon., Nacionais declararam cândidamente (eu não sei se o advérbio devia ser outro!) que agora custa 3 mill... E quem teve a culpa? Nanja eu, que todos os anos tenho pedido nos meus relatórios que o restauro do Convento seja retomado!

Também cândidamente os Mon. Nac. declaram no último documento que para cá mandaram que já não têm o dinheiro do Fundo do Desemprego e que a Câmara, proprietária do convento, deverá pedir o auxílio do GaPA. É para aí que eu volto as minhas esperanças!

Se há 25 mil contos, como vejo anunciado nos jornais, para a construção de uma Casa da Cultura (e só reparo no monopólio que aquele da representa — e repugnam-me monopólios em plena ânsia de liberdade!) não haverá a brincadeira de 3 mil para acabar uma casa modestamente de cultura, mas que já a faz, não só a nacionais mas até a estrangeiros de todo o mundo, incluindo China e Japão, e que só espera, para fazê-la ainda em maior grau, ter todas as suas salas aproveitáveis?

Ninguém pensou ainda nas sessões, nos cursos, até populares, nas mesas redondas, nas exposições temporárias e especializadas e outras actividades que o Museu podia desenvolver, se não tivesse metade do edifício em bruto!...

É por todas estas razões, meus senhores, que eu disse o outro dia à «Capital» que estou só: não «orgulhosamente só», nem «humildemente só», mas «infelizmente só»

Por ver que a ressurreição do Convento e do Museu, obra para que

fui chamado, que constitui a essência da missão que me confiaram, começa a esfumar-se nas nebulosidades das inércias que a rodeiam e no espectro dos meus setenta anos que se avizinham e parece que são mais importantes que a realização dum ideal de interesse para toda uma cidade.

Contra os preceitos da oratória, comecei por mim e acabei em mim. Não foi vaidade. Foi paixão. Identifico-me de tal maneira com as obras de que me encarregam, que me parecem fazer parte da minha vida e eu ser também um pedaço delas.

Oxalá tenha conseguido comunicar a V.^{sa} Ex.^{sa} uma centelha de amor por aquela casa, que é de todos nós, e que, se eu a visse concluída e a funcionar como deve ser, cantaria como o Simeão do Templo: Agora posso morrer em paz, porque meus olhos viram o que desejavam e aí fica a resplandecer como uma luz de Arte, de Beleza e de Cultura.

N O T A

Publicada mais de um ano depois de proferida, esta conferência necessita de alguns esclarecimentos.

O primeiro é que a actual Câmara já mandou colocar os caixilhos nas janelas. Honra lhe seja!

Outro é que, em fins do ano passado, a D. Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sondada sobre o seu retraimento em conceder fundos para o restauro do Convento, definiu a sua posição, respondendo que era à Câmara, sua **proprietária**, que competia exarar no orçamento verbas **significativas**, que justificassem participações do Estado.

Efectivamente a Câmara apresentou no orçamento deste ano, para restauro do Convento, 2.500 contos.

Como só em Junho o fez saber aos Monumentos Nacionais, estes responderam, não sem um sentido de humor: Pois, se o restauro custa 3.000 contos e os srs. têm para gastar 2.500, gastem-nos este ano, que, no próximo, iremos procurar ajudá-los com o resto, visto que, a quatro meses do fim do ano, as verbas previstas se encontram esgotadas.

A isto creio que não há que refilar, mas só que sorrir...

Mas o meu sorriso é triste, porque continuo a não ver nada, embora continue a lutar até ao último momento!

Quando esta separata é publicada, tenho o grande prazer de anunciar que andam obras no Convento e há o louvável propósito da Câmara de as levar até ao fim.

Composição e Impressão
TIPOGRAFIA UNIÃO
F A R O
1978

